



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO – CAU/MT  
73ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Local: Sede do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso na Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 2368, sala 101, Edifício Top Tower, bairro Jardim Aclimação.

CUIABÁ-MT, 03 DE FEVEREIRO DE 2018

## ATA DA SESSÃO PLENÁRIA

Início: 08h15m

Término: 12h20m

### 1. PRESENCAS:

**1.1 MEMBROS DO CAU/MT:** Presidente: ANDRÉ NÖR; Conselheiro Titular: JOSÉ ANTÔNIO LEMOS DOS SANTOS; Conselheira Titular: ANA DE CÁSSIA MORAES ADBALLA BERNADINO; Conselheiro Titular: JOSÉ DA COSTA MARQUES; Conselheira Titular: ISABELLA MAMPRIM BALBINO; Conselheiro Titular: JOÃO ANTÔNIO SILVA NETO; Conselheiro Titular: MARCEL DE BARROS SAAD; Conselheira Titular: VANESSA BRESSAN KÖEHLER **1.2 EQUIPE DO CAU/MT:** Gerente Geral: LUCIMARA LÚCIA FLORIANO DA FONSECA; Secretária Geral: MÔNICA SOARES DE CAMPOS; Assistente Administrativo: THIAGO FERNANDO DA COSTA **2 ABERTURA DOS TRABALHOS:** Às 08h15m após a verificação do quórum, o **PRESIDENTE** inicia a reunião e solicita a execução do hino nacional. O **PRESIDENTE** faz a leitura da pauta e segue para o item de aprovação das Atas, questionando se haverá alguma alteração. O **PRESIDENTE** questiona em relação a ausência dos Conselheiros Carlos e Isabella e solicita que a Secretaria confirme sempre com os Conselheiros a presença ou convoque os Suplentes. A Conselheira **CÁSSIA ABDALLA** sugere que seja alterado no Regimento, para que no prazo de 3 dias caso não haja confirmação do Conselheiro Titular, que seja convocado o seu Suplente automaticamente. A Secretária Geral **MÔNICA** relata que o Conselheiro Carlos justificou sua ausência e a Conselheira Isabella não respondeu o e-mail de convocação. O **PRESIDENTE** aponta que o prazo de 3 dias é muito curto, pois há muitos Conselheiros que são do interior do Estado, podendo ser então em 5 dias. O **PRESIDENTE** retorna com o item da Ata e coloca em regime de votação, a aprovação da Ata 72ª Reunião Plenária Ordinária do CAU/MT, realizada em 06 de janeiro de 2018, sendo aprovada. O **PRESIDENTE** aponta que será aprovada a Ata do mês de Dezembro e que já foi analisada pelos Conselheiros da Gestão anterior e coloca em regime de votação, a aprovação da Ata 71ª Reunião Plenária Ordinária do CAU/MT (Dezembro), sendo aprovada. A Conselheira **CÁSSIA ABDALLA** solicita uma questão que está em Ata, que seria sobre o processo que o Conselheiro José da Costa Marques falou que a mesma fez uma denúncia contra ele. O **PRESIDENTE** oficializa e encaminha a solicitação ao Conselheiro José da Costa, para responder a Conselheira Cássia. A Conselheira **CÁSSIA ABDALLA** aponta que se foi feita uma denúncia ao CAU, o próprio CAU tem que saber, não precisando o mesmo responder. O **PRESIDENTE** solicita então que a Comissão de Ética responda à Conselheira, a informação solicitada. O **PRESIDENTE** segue com as comunicações das Comissões Especiais e Ordinárias. Relata que devido à ausência do Coordenador Carlos Oseko, as comunicações da CEF e da CEPUA ficarão para a próxima Plenária. O Conselheiro **MARCEL** faz o relato da reunião da CAF, comunicando que foi definido o calendário anual, feito um levantamento para reordenar os custos e o orçamento, a sugestão para os Conselheiros devolverem os celulares corporativos e diminuir os custos. O **PRESIDENTE** comenta que esse recolhimento foi por uma motivação muito clara, pois estão em um remanejamento do setor de Fiscalização com a solicitação de 3 celulares para os Fiscais, sendo mais útil a destinação ao CAU. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** faz o relato da reunião da CED, comunicando que foi definido o calendário anual, o conhecimento dos 50 processos, sendo que 30 foram arquivados, pois já foram relatados pela Gestão anterior e a distribuição de 9 processos novos para os Conselheiros. O Conselheiro aponta que foi repassada uma instrução aos Fiscais que recebem as denúncias, para cumprir a Resolução no sentido de manter a formalidade, pois muitos processos estão sendo arquivados por estarem mal instruídos. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** relata que a Comissão decidiu dispensar a presença da Assessoria Jurídica para todas as reuniões, pois





53 estava impactando nos custos, quase dobrando o seu salário em função da sua presença. A Conse-  
54 lheira **CÁSSIA ABDALLA** questiona se a deliberação informada pelo Conselheiro, seria de informar  
55 os Fiscais para cumprimento da Resolução e a verificação do denunciante. Informa que mesmo que  
56 não tiver todos os atos, mesmo em anonimato ou nome *fake*, mas se o fato for relevante da denúncia,  
57 acredita que a Comissão agirá de Ofício. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** relata que a Comissão  
58 trabalhará de acordo com as Resoluções específicas que norteiam os processos éticos. A Conselheira  
59 **VANESSA** faz o relato da reunião da CEP, onde na primeira reunião não houve quórum, mas na reu-  
60 nição extraordinária teve a discussão e aprovação do calendário anual, tiveram alguns apontamentos e  
61 sugestões sobre as ações. Aponta que existem vários processos para serem analisados, sendo mais  
62 uma reunião para inteirar a nova Comissão. A Coordenadora Adjunta **VANESSA** da CEF faz o relato  
63 da reunião e aponta que foi discutido o planejamento das ações, a análise e deliberação dos processos  
64 de registro profissional. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** faz o relato da reunião da Comissão Tempo-  
65 rária para a nova sede, comunicando que foi definido o calendário anual e o ajuste nos trabalhos que  
66 irão consolidar na aquisição da sede do TCU ou no sentido de adquirir um imóvel. O Conselheiro relata  
67 que o TCU foi oficializado para uma visita técnica, mas respondeu ao CAU que já optaram pela Defen-  
68 soria Pública. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** solicita o encaminhamento do Ofício a todos os Con-  
69 selheiros para ciência. O **PRESIDENTE** relata que o documento está bem detalhado e solicita uma  
70 impressão para distribuir na Plenária e aponta que aparentemente essa situação é irreversível, mas  
71 pode ser questionada. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** relata que ficou decidido o trabalho nas 2 li-  
72 nhas, sendo uma sem prejuízo da outra, aprofundando na próxima reunião. O Conselheiro **JOSÉ DA**  
73 **COSTA** comenta que a sede do TCU seria ideal e que na próxima reunião será feita uma análise da  
74 resposta e de um possível recurso, pois tem a questão do aluguel e do encerramento do contrato. A  
75 Conselheira **CÁSSIA ABDALLA** questiona se na Comissão de Ensino e Formação foi abordado algo  
76 sobre a representatividade do CAU nas formaturas e nas Universidades, pois sentiu falta este ano.  
77 Entende que cada Gestão vai imprimir suas características, mas acredita que algo se quebrou do que  
78 já estava sendo feito, com a presença do Presidente e do CAU nas Colações de Grau. A Conselheira  
79 **CÁSSIA ABDALLA** aponta que os alunos a questionaram e a Conselheira **VANESSA** comenta que  
80 não foi falado sobre as formaturas recentes, mas futuramente haverá algumas ações diferentes, tendo  
81 proposta para outros eventos. O Conselheiro **JOÃO NETO** relata que gosta da ideia das formaturas e  
82 que o CAU deve se fazer presente em todos os eventos relacionados a Arquitetura e a cidade, como  
83 de participação em "cadeiras" também, sendo importante. O **PRESIDENTE** acha importante essas  
84 participações do CAU, mas que a Comissão de Ensino faça um planejamento amplo, específico e  
85 objetivo, sendo de suma importância. Acredita que o CAU precisa participar nas Universidades de  
86 forma mais pragmática, pois o Ensino tem a função de preparar os futuros colegas e tem certeza que  
87 essa Gestão dará ênfase nesses trabalhos. O **PRESIDENTE** comenta que talvez terão alguma dificul-  
88 dade na parte da logística e do orçamento, mas que farão de tudo para atender. A Conselheira **CÁSSIA**  
89 **ABDALLA** tem o conhecimento que essa prática era feita até no interior do Estado e quando o Presi-  
90 dente não pode comparecer, envia os Conselheiros Titulares ou Suplentes para representar o CAU.  
91 Aponta que é algo muito singelo, acredita que tem que ser melhorado, mas que se trata de um mo-  
92 mento muito importante para o formando. A Conselheira **CÁSSIA ABDALLA** entende que tem muito a  
93 ser avançado nessa questão e inclusive com a possibilidade da entrega do CAU Provisório nessa  
94 solenidade. Solicita que seja verificado isso junto aos outros CAU/UF's e que já havia escutado algo a  
95 respeito. A Conselheira acredita que a profissão somente melhorará se o trabalho for feito na base,  
96 com os estudantes. O **PRESIDENTE** concorda e comenta que será feito um planejamento, com agen-  
97 damento razoável nas questões de custo. Concorda que a questão do Ensino é de suma importância  
98 e que motiva o novo colega a se preparar para o mercado de trabalho. O Conselheiro **JOÃO NETO**  
99 relata que haverá uma Colação de Grau na Universidade que trabalha, a FASIFE e questiona como o  
100 CAU poderia participar desse evento e se oferece a representar o Conselho. O **PRESIDENTE** autoriza  
101 e comenta que a Gerente Geral fará essa orientação, mas que encaminhará para a CEF fazer esse  
102 planejamento. O **PRESIDENTE** reconhece que houve uma falha na ausência do CAU, mas que mu-  
103 dança de Gestão é sempre conturbada e que estavam concentrados em alguns problemas internos.  
104 O **PRESIDENTE** comunica as Universidades, aos estudantes e os professores que o CAU estará  
105 dando o apoio necessário. A Conselheira **CÁSSIA ABDALLA** aponta que o problema foi dessa quebra,  
106 onde não teve, por exemplo, ninguém do CAU na UNIC, mas que se justifica pela mudança de Gestão  
107 e que o projeto será melhorado, com sua presença. O **PRESIDENTE** relata que justificará com esses





108 estudantes, talvez por *e-mail*, essa ausência ou outra forma de amenizar essa situação. A Conselheira  
109 **CÁSSIA ABDALLA** sugere que para as próximas reuniões seja elaborado o Plano de Ação, pois é  
110 onde constam os projetos, os valores, se a Comissão fará algum Seminário, os objetivos, metas e  
111 prazos, sendo ideal que todos cumpram esse Plano. O **PRESIDENTE** relata que na primeira reunião,  
112 foi mais de apresentação aos Conselheiros novatos e que na próxima reunião haverá a elaboração do  
113 Plano de Ação anual. O **PRESIDENTE** solicita que na próxima Pauta seja incluído o Plano de Ação  
114 nas reuniões de todas as Comissões. O **PRESIDENTE** relata sua experiência no mês de Janeiro no  
115 CAU e comenta que pretende estar no Conselho durante 2 ou 3 vezes por semana. O **PRESIDENTE**  
116 comenta que conseguiu cumprir esse cronograma, pois precisava conhecer os funcionários, suas fun-  
117 ções, o Conselho como um todo e que a CAF provavelmente vai alterar o Organograma e fazer algu-  
118 mas mudanças internas. O **PRESIDENTE** relata que sobre a compra do imóvel, há um problema ex-  
119 tremamente grave, pois o CAU recebeu um *e-mail* do Ministério Público sobre as adequações que  
120 precisam ser realizadas no Conselho, para atender os portadores de necessidade especiais. O **PRE-**  
121 **SIDENTE** comenta que houve uma reunião no mês de Julho do ano passado, com o Presidente em  
122 exercício na época e o Ministério Público, firmando um acordo para se fazer essas adequações dentro  
123 do CAU, no prazo de 3 meses. O **PRESIDENTE** relata que as adequações não foram feitas e que  
124 receberam uma Notificação de uma multa de R\$ 50 mil pelo não cumprimento. Aponta que o Ministério  
125 Público encaminhará ao CAU alguns Engenheiros para fazerem vistoria da situação, mas que também  
126 agendou uma reunião com a Promotora. O **PRESIDENTE** mostrará que o contrato de aluguel está no  
127 seu fim e que o CAU estará na nova sede, tentando fazer uma conciliação, pois o gasto com essas  
128 readequações será muito elevado. O **PRESIDENTE** relata que essa situação o deixou apreensivo, pois  
129 o CAU prometeu algo que não cumpriu, estando sensível a qualquer ação do Ministério Público, mas  
130 que tentarão sensibilizar a Promotora para estender esse prazo até a mudança da sede. A Conselheira  
131 **CÁSSIA ABDALLA** não sabe realmente o que aconteceu na Gestão passada, mas se recorda que  
132 partiu de uma denúncia de um ex-Conselheiro. Aponta que foi argumentado que no térreo do prédio  
133 há banheiros especiais e o Presidente relata que o mesmo está fechado. A Conselheira comenta que  
134 pode ser um bom argumento essa questão do banheiro existir, mas estar fechado e que também é um  
135 erro do edifício deixar fechado um banheiro que há acessibilidade. A Conselheira **CÁSSIA ABDALLA**  
136 acredita que o Ministério Público será sensível a colocação do Presidente, pois trata-se de um imóvel  
137 alugado em fase de mudança. O **PRESIDENTE** comenta que o agravante é a questão do não cumpri-  
138 mento do acordo firmado e a Conselheira **CÁSSIA ABDALLA** também comenta a respeito de um TAC  
139 com o MP, envolvendo um EIV que ela é responsável. Explica que o TAC é datado de 2012, e que até  
140 o momento não foi resolvido, vem sendo informado ao MP os motivos. Explica que é importante pon-  
141 derar ao MP e se for o caso, solicitar mais prazo para o cumprimento do TAC. O **PRESIDENTE** relata  
142 que a questão seria da instituição CAU, que assumiu esse compromisso e não fez, mas que não está  
143 preocupado com o motivo de não ter sido feito e sim resolver esse problema que poderá ser grave. O  
144 **PRESIDENTE** comenta que é complicado fazer uma reforma em um prédio comercial em questão de  
145 gastos, horário de obras e todo o transtorno interno. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** relata que par-  
146 ticipou da Gestão anterior e que o Plenário optou por fazer essa reforma no banheiro e outras adequa-  
147 ções físicas, mas que não foram feitos nos 3 anos seguintes, sendo sempre protelado. Comenta que  
148 não foi um problema dos Conselheiros, mas de decisão da compra e que recai sobre a figura da Pre-  
149 sidência de não ter executado. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** complementa que foi um problema de  
150 compra mesmo, pois existiu essa discussão de sair do aluguel e que é um assunto que persegue o  
151 tempo todo, como está sendo agora e que seja decidido. O **PRESIDENTE** comenta que resolverão o  
152 problema, mas que não é simples pois trata-se de uma Autarquia Federal. O Conselheiro **MARCEL**  
153 sugere que se chame o proprietário do imóvel para responsabilidade, uma vez que no contrato deveria  
154 ter a questão da acessibilidade, sendo responsabilidade dele já que aluga para uma Autarquia. O  
155 Conselheiro comenta que na próxima compra irá exigir que o imóvel atenda o CAU, não sendo res-  
156 ponsabilidade do Conselho, sendo um bom argumento. O **PRESIDENTE** relata que há um documento,  
157 um compromisso que o CAU não cumpriu, sendo esta a maior questão. O **PRESIDENTE** comenta que  
158 houve também uma grande dificuldade com o Cartório para registrar o Regimento Interno; uma grande  
159 dificuldade para liberar o acesso no Banco do Brasil e que conseguiram pagar a folha de pagamento  
160 somente no dia 31. Aponta que se não pagassem teriam uma multa de 2% devido ao Acordo Coletivo  
161 e sendo um mês de limitações para o Presidente sobre isto, tirando algumas autonomias que o per-





162 tence ao cargo. O **PRESIDENTE** relata que sobre o Banco do Brasil há uma situação muito desagra-  
163 dável, pois o CAU pagou no mês de Janeiro, o valor de R\$ 7,00 por boleto, destinando ao banco  
164 somente de taxas, quase R\$ 12 mil. O **PRESIDENTE** aponta que é muito difícil debater essas questões  
165 com o Banco do Brasil e que gostaria de entender a obrigatoriedade do CAU trabalhar com esse banco,  
166 sendo justificado que o sistema *SICCAU* somente trabalha com o Banco do Brasil, mas acha uma  
167 justificativa muito frágil. O **PRESIDENTE** acredita que o CAU deveria ter uma autonomia para escolher  
168 o banco que ofereça os melhores serviços e valores para uma Autarquia Federal. Aponta que é uma  
169 situação que levará ao CAU/BR. O **PRESIDENTE** relata que existem números que o assusta, como  
170 dos 20% que são descontados e retirados dos CAU's UF e destinados ao CAU/BR. Aponta que há  
171 uma previsão de faturamento de R\$ 2 milhões e 500 mil, indo para o CAU/BR o valor de R\$ 625 mil.  
172 O **PRESIDENTE** relata que no total são três contribuições para o CAU/BR, como do CSC que foi  
173 destinado R\$184.224,00; para o Fundo de Reserva o valor de R\$18.420,92; para o Fundo de Apoio ao  
174 CAU Básico, o valor de R\$84.825,00; num total de R\$ 287.470,00. O **PRESIDENTE** relata que o fatu-  
175 ramento foi de quase R\$ 2 milhões e 100 mil e que significa quase 15% ao CAU/BR, fora os 20% e  
176 que para esse ano aproximadamente será destinado o valor de R\$ 320 mil. O **PRESIDENTE** comenta  
177 que a folha de pagamento do Conselho, com os impostos, está na ordem de R\$ 1 milhão e 400 mil e  
178 somando aos R\$ 320 mil, totaliza R\$ 1 milhão e 720 mil. Aponta que sobram menos de R\$ 800 mil  
179 para as ações. O **PRESIDENTE** aponta que o CAU/MT envia ao CAU/BR um valor de 38% da sua  
180 arrecadação, sendo um valor extremamente significativo e o CAU/BR não o considera CAU Básico,  
181 devido a arrecadação, mas discorda, pois o CAU/MT não consegue atender as prerrogativas em todo  
182 o Estado devido as dificuldades. O **PRESIDENTE** acredita que o CAU/MT atende a capital de maneira  
183 razoável e o interior do Estado de forma deficitária, por absoluta falta de recursos e assim faltando  
184 recurso para as ações. O **PRESIDENTE** questiona se todos os Conselheiros receberam o estudo pre-  
185 liminar sobre o setor da Fiscalização e comenta que estão fazendo um planejamento básico para todo  
186 o Estado. Aponta que há R\$ 120 mil destinado para as ações de Fiscalização, ficando R\$ 10 mil ao  
187 mês, dando para as ações serem feitas de forma organizada, planejada e objetiva. O **PRESIDENTE**  
188 relata que a colaboradora Thatielle é extremamente competente, tendo uma liderança muito significa-  
189 tiva e que está muito empolgado com sua atitude como colaboradora do CAU. O **PRESIDENTE** fica  
190 muito agradecido por quem a escolheu, mas que foi de uma felicidade fenomenal, sendo uma líder  
191 competente e dedicada e que fará um ótimo trabalho que se orgulharão muito. O **PRESIDENTE** relata  
192 que sobre o Planejamento, os Conselheiros poderão opinar, sugerir, criticar e que estão na fase de  
193 organizar os trabalhos, pois os recursos estão escassos, tendo que ser uma Gestão de muita austeri-  
194 dade. O **PRESIDENTE** comenta que o CAU quer seguir seus focos fins que é de orientar, disciplinar e  
195 fiscalizar, tendo que dar maior atenção. A Conselheira **CÁSSIA ABDALLA** aponta que sobre os repas-  
196 ses feitos ao CAU/BR, sempre foi defensora de que os CAU's médios são os que mais sofrem, inclu-  
197 indo o Mato Grosso e a maioria dos CAU's. Relata que o repasse dos 20% está na lei, mas o repasse  
198 dos valores aos CAU's básicos pode ser mudado. A Conselheira **CÁSSIA ABDALLA** lembra de quando  
199 coordenou as aberturas de inspetorias do CREA/MT e da dificuldade existentes nesse período já que  
200 não existia CREA em todos os Estados. A Conselheira relata que na primeira reunião do CAU foi  
201 discutido que o Conselho deveria estar presente em todos os Estados. Aponta que são critérios que  
202 definem se o CAU é Básico ou Médio, feitos em relação a arrecadação. A Conselheira **CÁSSIA AB-**  
203 **DALLA** exemplifica que, o CAU/AM tem mais profissionais que o CAU/MT e é considerando CAU  
204 Básico e há o questionamento do motivo de não arrecadarem mais. Comenta que é favorável que se  
205 tenha CAU Básico em todo o país. A Conselheira relata que sobre o CSC não tem muito conhecimento  
206 dessa destinação, mas acredita que o *SICCAU* foi um grande feito, já que no CREA devido a indepen-  
207 dência dos sistemas operacionais era difícil ou quase impossível a integração entre as unidades da  
208 federação. A Conselheira **CÁSSIA ABDALLA** não sabe também sobre a exigência de ser o Banco do  
209 Brasil, mas que o Presidente André terá uma oportunidade, pois tem outros Presidentes no CSC tra-  
210 balhando e como haverá a reunião no Fórum de Presidentes poderá ser levada essa Pauta e as outras  
211 mencionadas. A Conselheira comenta que na Reunião Ampliada não há direito a voto, mas tem direito  
212 a voz, sendo um lugar excelente para esse debate. A Conselheira **CÁSSIA ABDALLA** comenta que  
213 conhece o novo Presidente do CAU/BR e que é uma pessoa muito ponderada. Acredita que essa  
214 angústia deve ser de todos os CAU's Médios e que seja resolvido para se ter mais recursos para as  
215 ações de Fiscalização. O **PRESIDENTE** comenta que foram essas demandas que consumiu o seu  
216 tempo neste primeiro mês, sendo o valor de quase R\$ 900 mil destinado ao CAU/BR muito significativo





217 e desproporcional ao CAU/MT. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** comenta que quando tem esse as-  
218 sunto é sempre enaltecido o *SICCAU*, mas acredita que se trata de um aplicativo simples, similar a  
219 qualquer *e-commerce* de venda, onde qualquer microempresa tem esse tipo de programa. Aponta que  
220 o programa custa R\$ 10 milhões ao ano para o CAU/BR. O Conselheiro comenta ser vergonhoso e  
221 que esse assunto deve ser enfrentado, pois hoje em dia o preço desses programas é mais acessível  
222 e qualquer empresa pequena consegue colocar no ar, um programa até mais complexo. O Conselheiro  
223 **JOSÉ DA COSTA** acredita que falta Gestão para encontrar algo que custe 10% a menos do valor,  
224 tendo que ser enfrentado, pois a maioria está descontente, tendo uma inércia de se manter as coisas  
225 como estão. O **PRESIDENTE** não acha racional e acha muito injusto esse repasse de 38% ao CAU/BR.  
226 O **PRESIDENTE** segue com a pauta e relata que também estão fazendo um planejamento do Setor  
227 de Atendimento e Análise Técnica; a análise dos protocolos de Fiscalização de solicitação de *Tablets*  
228 e impressora eletrônica que facilitarão alguns trâmites. (Fala do Conselheiro José Antônio inaudível).  
229 O **PRESIDENTE** relata que tentou conversar com ela, mas estava viajando e solicitará a impugnação  
230 deste Edital, pois o valor de R\$2.548,00 para um Arquiteto prestar um trabalho dentro de uma Prefei-  
231 tura, acredita ser complicado. O Conselheiro **MARCEL** acredita que deve ser impugnado e que o  
232 CREA, quando a SECOPA fez um Edital, conseguiu impugnar e colocar dentro do salário da categoria.  
233 O **PRESIDENTE** relata que tentou um diálogo desde segunda-feira, mas que oficiará e que fará essa  
234 ação sempre, pois é um problema da categoria e reflete na sociedade uma imagem que desqualifica  
235 a profissão. (Fala da Conselheira Isabella inaudível). O **PRESIDENTE** sugere que a sugestão da Co-  
236 lega seja anotada. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** aponta que a Comissão de Ética vai montar um  
237 Núcleo para tratar dessas questões de licitações com valores abaixo e que haverá pessoas treinadas  
238 para fazer essas impugnações de imediato. Comenta que já verificou algumas licitações com o valor  
239 de R\$ 7,00 m<sup>2</sup>, especialmente as do Ministério Público, desvalorizando tanto a profissão. O Conse-  
240 lheiro **JOSÉ ANTÔNIO** comenta que é fundamental a Resolução 51, pois quando não tinha a decisão,  
241 não tinha como reclamar. (Problema no áudio). O Conselheiro concorda com essas impugnações e  
242 que antes as Prefeituras nem contratavam Arquitetos, mas agora está tudo definido em lei. A Conse-  
243 lheira **CÁSSIA ABDALLA** parabeniza o Presidente pela matéria "sobre o Salário Mínimo Profissional"  
244 quando do conhecimento do edital do Concurso Público na Prefeitura de Várzea Grande. Pondera que  
245 infelizmente no poder público o assunto não avança, sempre esbarrando na legalidade dos Planos de  
246 Carreira de Cargos e Salários, PCCS's, existentes. O que já não ocorre com a iniciativa privada. En-  
247 tretanto para as empresas de pequeno porte, que é o caso da grande maioria das empresas de arqui-  
248 tetos e urbanistas, o valor do salário mínimo profissional muitas vezes não é suportado, fazendo surgir  
249 outros arranjos contratuais, como a oferta de percentual para sociedade na empresa ou mesmo a  
250 contratação por serviço, individualmente. Acredita que isso é uma luta, e por isso a importância do  
251 posicionamento do Conselho, seja nos editais de concurso público, como ocorreu, ou nos editais de  
252 licitação de projetos. O site informado pela Conselheira Isabella pode ajudar nesse sentido. (Fala da  
253 Conselheira Vanessa inaudível). O **PRESIDENTE** comenta que a manifestação que deve ser feita, tem  
254 um cunho político. (Problema no áudio). A Conselheira **CÁSSIA ABDALLA** comenta que o baixo valor  
255 cobrado pelo projeto arquitetônico precisa mudar. Relata que o fato, infelizmente não é uma prática  
256 somente no interior do estado de Mato Grosso. Em bate papo com uma colega de Chapecó/SC, ficou  
257 surpresa com o valor mencionado por ela praticado por lá, uma média de R\$ 10,00/m<sup>2</sup>. (Problema no  
258 áudio). O **PRESIDENTE** fez algumas entrevistas para mostrar à sociedade que o CAU tem uma nova  
259 Gestão e que serão realizadas algumas atividades. Aponta que irá propor alguns comportamentos em  
260 Plenária, pois na última reunião se incomodou em relação a plateia, que é sempre bem-vinda, mas  
261 que deve ser portar como planteia. O **PRESIDENTE** comenta que houve muita interferência de con-  
262 versas com os Conselheiros, sendo um desrespeito com a Instituição CAU e isso incomoda e que  
263 deixará como uma norma. O **PRESIDENTE** aponta que a lista de presença será passada durante a  
264 palavra livre e que se alguém precisar sair antes do término, que comunique para auxiliar nos trabalhos  
265 secretariados. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** aponta que em relação as Deliberações Plenárias, al-  
266 gumas vezes quando o Conselheiros não está presente, é colocado "ausente" na folha de voto, de-  
267 vendo ter cuidado quando assinar a lista de presença, não colocar um horário precedente. O Conse-  
268 lheiro comenta que a lista de presença no começo das reuniões, facilitaria para a verificação de quó-  
269 rum. A Conselheira **CÁSSIA ABDALLA** aponta que é interessante passar a listagem desde o começo  
270 devido o quórum, a elaboração das Deliberações e acredita que são adultos e responsáveis e podem  
271 perguntar ao secretariado se há algum documento para assinar. A Conselheira acha desnecessária





272 essa mudança, mas se a maioria concordar, não se excluirá e relata que nunca viu isso em todos esses  
273 anos de Conselho. O **PRESIDENTE** comenta que é somente sugestão e não ter nenhum questiona-  
274 mento sobre. O **PRESIDENTE** aponta que houve várias solicitações de indicação do CAU/MT para  
275 representação em Entidades, sendo uma delas de maneira mais rápida, tendo que indicar o Conse-  
276 lheiro José Antônio para o assunto da Arena Pantanal. Aponta que há mais outra indicação de urgência  
277 que foi para AGEM, com a sua representação e a do ex-Conselheiro Benedito Libânio. O **PRESIDENTE**  
278 relata que em relação as outras designações que não foram definidas, foram encaminhadas para a  
279 CAF para verificar o impacto financeiro, pois há gastos com diárias e deslocamentos, tendo que ter  
280 uma maior austeridade. O **PRESIDENTE** relata que será avaliado também o pagamento dos auxílios  
281 deslocamentos pela CAF e a proposta que os trabalhos da Comissão sejam honoríficos. O Conselheiro  
282 **JOSÉ ANTÔNIO** é favorável ao recebimento do auxílio deslocamento, pois se o custo não for do CAU  
283 será do Conselheiro. O **PRESIDENTE** relata que esse custo é polêmico, tendo que definir e talvez se  
284 não forem pagar esse valor, alguns Conselheiros não vão querer participar. O **PRESIDENTE** não está  
285 questionando o que é certo ou errado, somente está trazendo uma situação ao Plenário, pois ocasiona  
286 um custo, mas mesmo tendo autonomia para baixar uma Portaria, acha deselegante essa atitude. A  
287 Conselheira **CÁSSIA ABDALLA** questiona a quantidade de Entidades que já pediu e o Presidente  
288 comenta que tem esse quantitativo. A Conselheira relata que foi discutido na CEPUA. O **PRESIDENTE**  
289 relata que quem designa é o Presidente e quem aprova é o Plenário e a Conselheira Cássia Abdalla  
290 aponta que a indicação também pode sair da Comissão para que o Presidente homologue. A Conse-  
291 lheira **CÁSSIA ABDALLA** relata que na última reunião da CEPUA, chegaram a conversar sobre uma  
292 possível indicação do CAU/MT para a composição de um conselho em Cáceres/MT, ligado a questão  
293 de Patrimônio Histórico, atendendo um convite recebido. O Coordenador sugeriu o nome de um colega,  
294 que morava na cidade e que era associado ao IAB/MT. A Conselheira sugeriu ao Coordenador que  
295 conversasse com o Presidente para que pudessem chegar a um nome de consenso. Entende ser  
296 importante a participação do CAU/MT em alguns Conselhos, Comissões, etc; entretanto deve-se ter  
297 muito cuidado na escolha, já que representará oficialmente a instituição. A Conselheira **CÁSSIA AB-**  
298 **DALLA** aponta que orientou o Conselheiro a despachar ao Presidente para ciência essa indicação do  
299 IAB e o Presidente comenta que algumas deliberações de Comissão poderá não acatar. O **PRESI-**  
300 **DENTE** aponta que foi falado algo muito sério, em relação a indicação de outra pessoa que não seja  
301 Conselheiro eleito, tendo que ter muito conhecimento. Relata que o ex-Conselheiro Libânio é conhe-  
302 cido por todos, mas eleger uma pessoa que apenas um Conselheiro conhece para representar o Con-  
303 selho é muito delicado. A Conselheira **CÁSSIA ABDALLA** aponta que um Conselho é diferente de  
304 Associação e Entidade, tendo que ser passado para o Presidente. O **PRESIDENTE** concorda que é  
305 algo muito sério, sendo honorífico ou pago, pois a pessoa vai representar todos os Conselheiros. O  
306 Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** aponta que é um assunto muito interessante, na forma do CAU se apro-  
307 ximar dos profissionais e da sociedade. Comenta que na Gestão anterior, houve uma experiência do  
308 Edital de Chamamento aos interessados em participar dessas representações em todo o interior do  
309 Estado, com a análise de currículos e carta de apresentação dos candidatos. O Conselheiro **JOSÉ**  
310 **ANTÔNIO** comenta que fica em um banco de dados e a questão da remuneração tem que ser estu-  
311 dada, pois há cidades pequenas em que só há interessados de outras cidades. O Conselheiro aponta  
312 que é muito importante essa questão, tendo que ter cuidado nessas representações e que na medida  
313 do possível, deve apresentar o que acha sobre determinado assunto, como um mini relatório. O Con-  
314 selheiro **JOSÉ ANTÔNIO** relata que há sempre interessados em participar e o Presidente comenta  
315 que se preocupa, pois a grande maioria dos colegas não sabem o que é o CAU, tendo que ter um  
316 esclarecimento e tem receio. O **PRESIDENTE** aponta que o CAU dará autonomia a uma pessoa que  
317 a princípio não se conhece, apenas pela análise do currículo e que representará a instituição. O **PRE-**  
318 **SIDENTE** se preocupa tanto pela questão temerária das indicações por apenas um Conselho, mas  
319 também das coletivas e também da questão financeira. A Conselheira **VANESSA** acredita que pode-  
320 riam ser bem representados, pois ao receber um currículo as vezes a pessoa é uma referência, mas  
321 também poderia aconteceu o contrário. A Conselheira aponta que caso tenha essa abertura aos inte-  
322 ressados, o CAU deveria fazer essa escolha e o Presidente comenta que ainda assim teria receio. A  
323 Conselheira **CÁSSIA ABDALLA** relata que as vezes a pessoa tem título de Mestrado ou Doutorado,  
324 mas desconhece a política do Conselho e seu posicionamento com relação a alguns temas. A Conse-  
325 lheira acredita que para essas representações, deveria ser um Conselheiro Suplente que é conhecido  
326 por todos os Conselheiros do CAU, ou um ex-Conselheiro que esteja afinado com a política do CAU.





327 A Conselheira **CÁSSIA ABDALLA** pondera que como Conselheiros, devem ter cuidado na fala, no  
328 comportamento, lembrando sempre que estão representando uma Autarquia Federal. O **PRESIDENTE**  
329 relata que essas solicitações serão encaminhadas para todos os Conselheiros avaliarem, de quais  
330 Entidades o CAU deve representar, para ser aprovado posteriormente. A Conselheira **ISABELLA** su-  
331 gere distribuir as indicações para cada Comissão interessada e o Presidente comenta que as vezes o  
332 Conselheiro da Comissão de Ética quer participar de um assunto de Política Urbana, por exemplo e  
333 acredita que é mais interessante que todos avaliem as propostas. O **PRESIDENTE** relata que esteve  
334 presente na posse do novo Presidente do CREA e comenta que o CAU quer estreitar o relacionamento  
335 de forma harmoniosa. O **PRESIDENTE** aponta que existe também um assunto pendente, pois quando  
336 foi fundado o CAU, existiu um dinheiro que está com o CREA, sendo uma verba do CAU e que o valor  
337 seria R\$ 800 mil, mas parece que tem apenas R\$ 600 mil e gostaria de saber o motivo. O **PRESIDENTE**  
338 relata que quer essa documentação, se há alguma Resolução, pois somente tem informações. **ORDEM**  
339 **DO DIA:** O **PRESIDENTE** segue com a proposta de datas para aprovação do Calendário Anual das  
340 Reuniões Plenárias, sendo acatado. O **PRESIDENTE** coloca em regime de votação, a aprovação do  
341 Calendário Anual 2018 das Reuniões Plenárias Ordinárias do CAU/MT: 06/janeiro, 03/fevereiro,  
342 24/março, 28/abril, 19/maio, 23/junho, 21/julho, 25/agosto 22/setembro, 20/outubro, 10/novembro,  
343 08/dezembro - Protocolo 640098/2018, sendo aprovado. O **PRESIDENTE** segue com o Calendário  
344 Anual 2018 da Comissão de Ensino e Formação-CEF CAU/MT e coloca em regime de votação, a  
345 aprovação do Calendário Anual 2018 da CEF CAU/MT: 16/janeiro, 27/fevereiro, 16/março, 13/abril,  
346 18/maio, 15/junho, 13/julho, 17/agosto 14/setembro, 19/outubro, 09/novembro, 07/dezembro, Horário:  
347 16h-Protocolo 635676/2018. O **PRESIDENTE** segue com o Calendário Anual 2018 da Comissão de  
348 Ética e Disciplina-CED CAU/MT e coloca em regime de votação, a aprovação do Calendário Anual  
349 2018 da CED-CAU/MT: 25/janeiro, 22/fevereiro, 22/março, 19/abril, 24/maio, 21/junho, 26/julho,  
350 23/agosto 20/setembro, 25/outubro, 29/novembro, 06/dezembro, Horário 18h-Protocolo 640207/2018,  
351 sendo aprovado. O **PRESIDENTE** segue com o Calendário Anual 2018 da Comissão de Organização,  
352 Administração, Planejamento e Finanças – CAF-CAU/MT e coloca em regime de votação, a aprovação  
353 do Calendário Anual 2018 da CAF CAU/MT: 15/janeiro, 19/fevereiro, 12/março, 09/abril, 14/maio, 11/ju-  
354 nho, 09/julho, 13/agosto 10/setembro, 08/outubro, 12/novembro, 03/dezembro. Horário: 17h-Protocolo  
355 635672/2018, sendo aprovado. O **PRESIDENTE** segue com o Calendário da Comissão Temporária  
356 para Nova Sede do CAU/MT e coloca em regime de votação, a aprovação do Calendário da Comissão:  
357 15/janeiro, 19/fevereiro, 12/março, 09/abril, 14/maio, 11/junho, 09/julho, horário: 16h-Protocolo  
358 636363/2018, sendo aprovado. O **PRESIDENTE** segue com o Calendário Anual 2018 da Comissão  
359 Especial de Política Urbana e Ambiental-CEPUA CAU/MT e coloca em regime de votação, a aprovação  
360 do Calendário Anual 2018 da CEPUA CAU/MT: 24/janeiro, 21/fevereiro, 14/março, 11/abril, 16/maio,  
361 13/junho, 11/julho, 15/agosto 12/setembro, 17/outubro, 07/novembro, 05/dezembro. Horário: 16h às  
362 17h-Protocolo 639895/2018, sendo aprovado. O **PRESIDENTE** segue com o Calendário Anual 2018  
363 da Comissão de Exercício Profissional-CEP CAU/MT e coloca em regime de votação, a aprovação do  
364 Calendário Anual 2018 da CEP CAU/MT: 18/janeiro, 20/fevereiro, 20/março, 10/abril, 22/maio, 19/ju-  
365 nho, 17/julho, 21/agosto 18/setembro, 23/outubro, 13/novembro, 04/dezembro. Horário: 16h às 17h-  
366 Protocolo 643457/2018, sendo aprovado. O **PRESIDENTE** comenta sobre a aprovação do *Ad referen-*  
367 *dum* sobre indicação de Conselheiro para participar da Câmara Temporária do projeto de Lei do Plano  
368 Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região do Vale do Rio Cuiabá-PDDI/VRC, sendo definido  
369 como Conselheiro Titular, André Nör, e Conselheiro Suplente, Benedito Libânio. O **PRESIDENTE** soli-  
370 cita a homologação da Plenária e coloca em regime de votação, a aprovação do *Ad referendum* nº 01  
371 de 25 de janeiro de 2018, de indicação de representantes para a AGEM/VRC-PDDI Protocolo  
372 640685/2018, sendo aprovado com abstenção da Conselheira Cássia Abdalla. O Conselheiro **JOÃO**  
373 **ANTÔNIO** é favorável a essa aprovação, mas que a lista das outras solicitações deve ser analisada  
374 pelos demais Conselheiros. Acredita que deve haver uma conversa antes com os Conselheiros Titula-  
375 res e Suplentes, sobre o interesse nas representações e depois abrir para os outros profissionais. O  
376 **PRESIDENTE** comenta que tem muito receio e temor de não ser um Conselheiro ou um ex-Consel-  
377 heiro, mesmo sendo indicado pois representará o CAU. Aponta que tomou essa decisão rápida, pois  
378 as reuniões já iniciariam e como o Conselheiro Benedito já foi membro de algo semelhante, fez essa  
379 aprovação. O **PRESIDENTE** relata que no decorrer do tempo, podem fazer substituição, mas como  
380 está estipulado no Regimento Interno que o *Ad referendum* é aprovado pelo Plenária também, trouxe  
381 a demanda. O **PRESIDENTE** comenta que a definição de serem pagos os valores das diárias ou não





382 nessas representações, poderá alterar o interesse do Conselheiro em participar, por exemplo. O Con-  
383 selheiro **JOÃO ANTÔNIO** comenta que em relação as indicações de nomes pelos Conselheiros, não  
384 teria problema, pois o Conselheiro se responsabiliza. O **PRESIDENTE** acredita que as indicações de  
385 Conselheiro entrariam em um geral dentro dos profissionais, por isso se preocupa ainda. O Conselheiro  
386 **JOSÉ DA COSTA** relata que sobre a aquisição da sede, a Comissão se reuniu e procurou estabelecer  
387 um programa básico de Chamamento Público, para os interessados se manifestarem. O Conselheiro  
388 comenta que no Edital constarão as necessidades do Conselho em relação a aquisição e que foi apro-  
389 vado pela reunião o programa. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** comenta que trouxeram para a Ple-  
390 nária o assunto para discussão, antes de fazerem o Edital. A Conselheira **VANESSA** sugere, se for  
391 viável, que a nova sede seja certificada com títulos internacionais que darão retorno, em termos de  
392 benefícios, tanto de viabilidade econômica, quanto por se tratar de uma sede de Arquitetura e Urba-  
393 nismo. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** acredita ser importante esta questão como meta a ser execu-  
394 tada, pois se colocarem esse item no Edital agora, não aparecerá nenhum imóvel com esse item. A  
395 Conselheira **VANESSA** aponta que deve ser pensado sobre isso, pois deixarão um legado para a  
396 profissão e no Estado todo, apenas a sede do SEBRAE tem esse certificado. A Conselheira **ISABELLA**  
397 relata que pode ser colocado como um adendo, podendo ganhar um prédio que não tenha essa espe-  
398 cificação. O **PRESIDENTE** sugere que tenha energia solar, mas como algo básico, não sendo mais  
399 tão oneroso. A Conselheira **VANESSA** comenta que deve ter vaga no estacionamento de recarga e de  
400 carro compartilhado. O Conselheiro **MARCEL** relata que está sendo feito o programa de necessidades  
401 e quando encontrarem o imóvel, farão as exigências para adequação em relação ao que já foi mencio-  
402 onado. A Conselheira **VANESSA** aponta que todos os ambientes têm que ter abertura para a área  
403 externa e o Conselheiro Marcel concorda. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** questiona sobre a neces-  
404 sidade do Fiscal ter um celular do CAU e concorda que os Conselheiros tem que devolver e o Presi-  
405 dente comenta que dentro do Plano de Trabalho da Coordenadora Thatielle foi solicitado esses celu-  
406 lares. O **PRESIDENTE** relata que quando o Plano estiver finalizado será exposto em uma Plenária  
407 para ciência dos Conselheiros e que poderão questionar essa necessidade. A Conselheira **VANESSA**  
408 aponta que foi justificado, pelo fato de quando os Fiscais chegam nas obras e o proprietário não está  
409 ou o mestre de obras também não, precisariam de um celular para falar. O **PRESIDENTE** comenta  
410 que os Fiscais estarão equipados com celular, *Tablet* e impressora portátil, como um "kit Fiscal" e que  
411 concordou com suas justificativas e também há recurso disponível para essa solicitação. O **PRESI-  
412 DENTE** aponta que será de suma importância essas ações para uma melhor organização da Fiscali-  
413 zação. A Conselheira **CÁSSIA ABDALLA** relata que considera a funcionária Thatielle uma profissional  
414 que surpreende não só em Mato Grosso, mas a nível CAU/BR. Relata que participou algumas vezes  
415 de Seminários da CEP, em São Paulo e ela é uma das pessoas dos CAU's UF que mais participam e  
416 que é reconhecida por esses CAU's maiores, como alguém que tem muito conhecimento. A Conse-  
417 lheira **CÁSSIA ABDALLA** aponta que gostaria de fazer esse registro da funcionária Thatielle, que  
418 ainda não é Arquiteta, mas está estudando e conhece muito bem esse sistema. O **PRESIDENTE** relata  
419 que além do conhecimento, ela tem algo que considera muito importante que é a liderança, sendo uma  
420 liderança natural de maneira positiva. O **PRESIDENTE** questiona se a devolução dos celulares está  
421 aprovada e coloca em regime de votação, a aprovação da devolução de todos os telefones celulares  
422 entregues para os Conselheiros da Gestão anterior, ficando apenas o celular para o Presidente da  
423 nova Gestão (André Nör)-Protocolo 640209/2018, sendo aprovado. O **PRESIDENTE** coloca em regime  
424 de votação, a aprovação do Programa de Necessidade da Comissão Temporária para Nova Sede do  
425 CAU/MT: Acessibilidade; Arquivo; Biblioteca; Memorial; Sala para Auditório com no mínimo 50 lugares  
426 (sala para curso e reunião plenária); No mínimo 10 vagas de Estacionamento; 02 Salas para reunião;  
427 Espaço para as Entidades; Espaço Multiuso (confraternizações de posse de diretoria e outros; expo-  
428 sição de projetos, exposição de fotografias); Copa, Banheiro masculino; Vestiário masculino; Banheiro  
429 feminino; Vestiário feminino; Depósito para material de limpeza; Sala de apoio para os profissionais;  
430 Espaço para bicicletário; Sala para fiscalização; Sala reservada para o setor financeiro; Sala reservada  
431 para o setor jurídico; Sala específica para o Atendimento; Sala reservada para a Gerência Geral; Sala  
432 reservada para o setor administrativo, sendo aprovado. O **PRESIDENTE** segue a Pauta com a palavra  
433 livre. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** traz informações sobre a reunião que participou na MT PAR da  
434 Arena Pantanal, sendo um órgão público que trata desta articulação público-privado e que busca par-  
435 ceria. Aponta que duas empresas manifestaram interesse, em fazer um estudo de viabilização para se  
436 chegar a uma situação sustentável. O Conselheiro relata que essas empresas são a OAS que todos





437 conhecem, que trabalhou com a Arena do Grêmio, das Dunas e do Palmeiras. O Conselheiro **JOSÉ**  
438 **ANTÔNIO** aponta que a outra empresa é internacional, a Lagardère e que farão em conjunto o traba-  
439 lho, no prazo de 60 dias e no valor de R\$1 milhão de custo. Relata que será apresentado um estudo e  
440 caso o Estado não acate, não receberão nenhum valor e aceitando haverá uma licitação. O Conse-  
441 lheiro **JOSÉ ANTÔNIO** comenta que quem ganhar a licitação que pagará o valor, pois também terão  
442 interesse em participar. Relata que a reunião foi basicamente uma exposição do que está sendo feito  
443 e teve uma espécie de convite para o CAU participar, a Confederação de Futebol e a Associação dos  
444 Camelôs, sendo interessante a iniciativa. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** acredita que o CAU deva  
445 aceitar o convite e percebeu que estão muito animados em questão da viabilidade da Arena Pantanal.  
446 O Conselheiro relata que ano passado fez três artigos sobre a Arena se tornar um "Palácio dos Esportes",  
447 o colocando como carro-chefe de uma política pública de esporte, considerando como um shopping  
448 de academias de esportes e de lutas, lojas de materiais esportivos, escolas, um lugar central  
449 ligado a esportes. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** comenta que muitos sairiam da marginalidade, po-  
450 dendo ter essa escola que captasse as potencialidades para o esporte. Acredita que sendo privatizado,  
451 sendo público-privado, de maneira séria funcionará. O Conselheiro **MARCEL** relata que somente o  
452 futebol não consegue sustentar o custo da Arena Pantanal, tendo que ter eventos e participações  
453 semanais, tem as outras Arenas que possuem escolas. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** aponta  
454 que deveriam aderir a plataforma multimídia para que os jogos sejam transmitidos em todo o mundo,  
455 sendo interessante e que são coisas que viabilizarão essas Arenas. O Conselheiro comenta que viabilizará  
456 também grandes eventos na região do Pantanal, que sempre acontecem no litoral. O Conselheiro  
457 **JOSÉ ANTÔNIO** questiona sobre as ações de Fiscalização na igreja e na Casa de Bem Bem e  
458 que o CAU deveria pressionar no sentido de proteger a sociedade. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA**  
459 questiona por qual motivo foi colocado o termo microprivatizações, pois no caso seria uma privatização  
460 total e o Conselheiro José Antônio responde que será alugado, por exemplo, para um professor de  
461 boxe. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** aponta que não haverá um gestor para fazer todo esse trabalho  
462 e o Estado faria pequenas concessões, ficando claro o termo utilizado. A Conselheira **ISABELLA** ques-  
463 tionou que como houve o evento do TOP KAZA 100, que é de premiação de profissionais e que já houve  
464 algumas polêmicas anteriormente, se os profissionais podem participar. A Conselheira relata que fica  
465 em dúvida de qual postura se deve tomar, em relação a esse tipo de evento e premiações. Relata que  
466 gostaria de trazer para discussão do Plenário, para se posicionar e questiona se há alguma legislação,  
467 se há alguma Fiscalização, pois várias lojas promovem esses eventos. A Conselheira **ISABELLA** ques-  
468 tionou se as empresas precisam ter alguma postura ética e o Conselheiro **MARCEL** acredita que trata-  
469 se de uma ação de *marketing* e acredita que a empresa deve estar legalizada, não necessitando de  
470 ação de Fiscalização. O Conselheiro relata que atualmente há promoções de todas as empresas no  
471 mercado e não observa nenhum problema. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** comenta que é uma  
472 preocupação grande, que já houve alguns problemas sobre e acredita que as ações que foram colo-  
473 cadas pelo CAU/BR e CAU/MT, é de que as empresas tenham esse alinhamento com o Código de  
474 Ética. O Conselheiro acredita que muitas ações feitas por essas empresas, são por falta de orientação  
475 e aproximação dessas empresas. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** aponta que o CAU/RS elaborou  
476 uma tabela interessante, para saber até quando se está tendo um relacionamento com a empresa  
477 positivo e até quando se deve sair desse relacionamento, para não ter uma postura antiética. O Con-  
478 selheiro acredita ser importante trazer para a Comissão de Ética e aponta que algumas questões como,  
479 seria possível participar de um jantar oferecido pelas empresas? Aponta se é possível receber um  
480 brinde da empresa? O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** relata que os CAU's UF que produziram esses  
481 documentos foram muito felizes e que infelizmente na Gestão anterior, não foi divulgado e trabalhado  
482 isso. Aponta que as empresas poderiam adequar as suas ações e o que foi feito, foi demonizar as  
483 coisas. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** comenta que deve ficar claro em relação ao que pode ou não  
484 ser feito, tendo que ser feito um *check list*. A Conselheira **CÁSSIA ABDALLA** aponta que participou e  
485 foi a relatora final deste *check list* e que foi elaborado pelo CAU/RS e CAU/PR, devido as indústrias  
486 madeireiras estarem nessas regiões. Comenta que foi feito um trabalho muito interessante junto a  
487 essas empresas e que em um primeiro momento, não foi divulgado oficialmente pelo CAU/BR, mas foi  
488 repassado a todas as Comissões de Ética. A Conselheira **CÁSSIA ABDALLA** aponta que o Conse-  
489 lheiro Eduardo quando foi o Coordenador da Comissão, apresentava suas palestras com esse *check*  
490 *list*. Relata que o CAU/BR gostaria de encaminhar como uma deliberação aos CAU's UF, mas que





491 direcionaram ao Presidente Haroldo que sentiu a necessidade de reverem os documentos. A Conse-  
492 lheira **CÁSSIA ABDALLA** relata que em relação ao programa TOP KAZA, é de conhecimento de todos  
493 que ele pontua através de vendas, não paga Reserva Técnica, trata-se de um programa nacional que  
494 busca parceiros na região. Aponta que o Arquiteto especifica esses produtos e não ganhando RRT, ele  
495 concorre a premiações de melhor Arquiteto pela quantidade de vendas, pois o valor comprado é pon-  
496 tuado. A Conselheira **CÁSSIA ABDALLA** relata que esse tipo de programa dentro do *check list* é  
497 condenado, mas isso não quer dizer que o Arquiteto não possa fazer parte de algum grupo ou núcleo  
498 de Arquitetos, desde que não tenha a pontuação por venda. Aponta que o atual Presidente do CAU/PR,  
499 em relação a essa questão de pagamento de Reserva Técnica. Não creditou o fechamento da sua  
500 empresa ao fato do pagamento de Reserva Técnica, mas relatou sua indignação com o valor destinado  
501 a isso e era muito superior a sua folha de pagamento. A Conselheira **CÁSSIA ABDALLA** aponta que  
502 a pontuação pelo simples fato de se especificar materiais e produtos das empresas participantes do  
503 programa, infere na ética, sendo uma linha muito tênue e o profissional além de ganhar notoriedade  
504 por ser um melhor Arquiteto, não por seu trabalho, mas por pontuação, ganha também viagens. A  
505 Conselheira **CÁSSIA ABDALLA** comenta que existem processos no CAU/MT em relação a isso e que  
506 o Conselho deveria pedir o regulamento desses programas. Aponta que no CAU/PR as experiências  
507 estão muito boas, onde há um núcleo de Arquitetos e Designers que estão com as empresas fazendo  
508 premiações pelo trabalho do profissional. A Conselheira **CÁSSIA ABDALLA** relata que nessas experi-  
509 ências que o CAU/MT deve prosseguir e concorda com o Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** que não  
510 deve haver perseguições, mas há uma lei e que há um artigo muito simples sobre a questão de locu-  
511 pletar-se e que desencadeou o *check list*. A Conselheira **CÁSSIA ABDALLA** comenta que receber  
512 algum brinde não é relação nem da ética, mas da questão de ser Administração Pública, pois há na lei  
513 federal um limite de valor de R\$100,00 e não pode também ser colocado como um fato normal receber  
514 brindes ou presentes. A Conselheira **CÁSSIA ABDALLA** relata que encaminhará oficialmente essa  
515 documentação, pois foi relatora. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** comenta que o Código de Ética foi  
516 feito de uma forma que não obedeceu a ordem de mercado e em qualquer lugar do mundo civilizado,  
517 os profissionais trabalham tendo percentual naquilo que eles especificam, sendo esse valor destinado  
518 ao proprietário do imóvel que cede como parte da remuneração do Arquiteto. O Conselheiro aponta  
519 que nessas especificações está sendo compartilhada as responsabilidades e que envolve pesquisas  
520 e muitas outras coisas. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** aponta que tem uma lei e um Código e que  
521 deve ter uma relação viável com as empresas de acordo com essa lei existente. O Conselheiro co-  
522 menta que em relação ao presente, o Arquiteto não é funcionário público e questiona qual seria o valor  
523 do presente? Acredita que é relativo definir um valor, mas que também requer um bom senso. O Con-  
524 selheiro aponta que a Aspa vai fazer esse movimento, saindo do Mato Grosso, de criar essa consci-  
525 ência nova no mercado que vai se expandir. O Conselheiro **JOÃO ANTÔNIO** relata que ouviu no rádio  
526 a questão de Sinop/MT e seu Plano Diretor estar vencido e questiona se seria de interesse do CAU  
527 fazer alguma intervenção, ter alguma direção sobre esses Planos e também expandir para onde não  
528 tenha. O Conselheiro **JOÃO ANTÔNIO** aponta que se o CAU não puder participar, que indique algum  
529 órgão e que verificou alguns colegas com problema para aprovação de projetos, pois há bairros novos  
530 e se aprovarem abrirão jurisprudência para outras ações. A Conselheira **CÁSSIA ABDALLA** informa  
531 que foi membro da CUPA-CAU/BR, e que a questão do Plano Diretor sempre esteve nos debates da  
532 Comissão, inclusive com uma aproximação junto a Confederação Nacional dos Municípios, CNM no  
533 sentido de fomentar a discussão sobre a necessidade do profissional de arquitetura e urbanismo nas  
534 prefeituras. Sugere que a CEPUA-CAU/MT estabeleça uma pauta nesses moldes com a Associação  
535 Mato-grossenses dos Municípios, AMM. Também entende a necessidade de se fazer cumprir a Re-  
536 solução 51 pelas prefeituras, mesmo com toda polêmica levantada pelo sistema Confea/CREA's. E  
537 conclui, que não se lembra de momento (antes da criação do CAU) que foi tão aflorada essa disputa  
538 com os engenheiros, para elaboração de projeto arquitetônico. A Conselheira **CÁSSIA ABDALLA** fala  
539 ser inconcebível uma Prefeitura não dispor de analistas Arquitetos para analisar projetos arquitetônicos,  
540 como também a cidade possuir Plano Diretor e não ter urbanistas que possam aplicá-lo corretamente.  
541 Também comenta da grande quantidade de planos diretores de cidades que compõem regiões metro-  
542 politanas, que estão sendo elaborados e/ou revisados, descolados do contexto do PD das RM's. Por  
543 isso entende ser muito importante uma gestão do CAU/MT através da CEPUA junto a AMM, e que seja  
544 contemplado no plano de ação da Comissão. A Conselheira **CÁSSIA ABDALLA** aponta que gostaria  
545 de contar muito com o CAU e trabalhar essa questão dentro da CEPUA, fortalecendo este debate. A






546 Conselheira **VANESSA** complementa a fala do Conselheiro João sobre o Plano Diretor e comenta que  
547 estão tendo muitos problemas em aprovarem os projetos no interior. Aponta que a atuação do CAU  
548 tem que ser muito eficiente, com uma visita municipal, pois o Departamento de aprovação de projetos  
549 estaria barrando muito, até na qualidade das obras que estão sendo executadas. O Conselheiro **JOSÉ**  
550 **DA COSTA** relata que esteve na posse da nova Gestão do CREA e foi entendido que deve haver uma  
551 aproximação das ações conjuntas, para somar força em relação ao exercício profissional do Enge-  
552 nheiro e do Arquiteto. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** comenta que esse afastamento gera mais  
553 problema do que solução, especialmente no interior onde o Engenheiro trabalha tanto quanto o Arqui-  
554 teto. Aponta que já passaram dessa fase em Cuiabá/MT a uns 15 anos, onde os Engenheiros faziam  
555 projetos e agora são os Arquitetos que fazem. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** relata que a Casa Cor  
556 que esclareceu a sociedade na diferença de atribuição, mas no interior do Estado ainda está tudo muito  
557 misturado. Aponta que o CREA está muito aberto em relação as ações de Fiscalização, pois tem uni-  
558 dades no interior que podem servir de apoio e que será trabalhado em conjunto. O Conselheiro **JOSÉ**  
559 **DA COSTA** comenta que as forças serão unidas entre as Comissões de Exercício Profissional do  
560 CAU/MT e do CREA, para fazerem uma ação nas Prefeituras sobre a questão de aprovação de proje-  
561 tos. O Conselheiro aponta que pode ser algo a avançar, tornando algo padrão em todas as Prefeituras,  
562 via AMM, para que o Gestor ou o Analista não crie coisas para aprovar um projeto, tendo um padrão  
563 de aprovação para o Estado. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** comenta que podem evoluir sobre isso.  
564 O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** relata que sobre a questão do Plano Diretor, dentro do escopo da  
565 Política Urbana, acredita ser algo fundamental para o estado de Mato Grosso. Comenta que é algo  
566 que já escreveu e que o dinamismo é muito grande, pois as cidades pequenas de hoje terão um grande  
567 problema no futuro. O Conselheiro comenta que deve ter uma briga pelos profissionais permanentes  
568 e estruturas de planejamento, pois a cidade se modifica de maneira muito rápida, sendo preciso ter  
569 esses dados anualmente e atualizados. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** comenta que a cidade ao seu  
570 modo de ver, cresce anualmente e nesse sentido tem que se trabalhar muito com a Resolução 51, no  
571 sentido de se cobrar dos Arquitetos e das Prefeituras para que se tenha a cidade organizada cotidia-  
572 namente. O Conselheiro aponta que o importante é ter uma estrutura do planejamento, com o plane-  
573 jamento cotidianamente atualizado, criando melhores condições para os Arquitetos. O **PRESIDENTE**  
574 relata que não vê nenhum problema em Arquitetos participarem de eventos de *Marketing*, não tendo  
575 nenhum impeditivo no Código de Ética. Aponta que podem discordar da lei, mas tem que cumpri-la  
576 mesmo gerando algumas dúvidas, por isso tem como recorrer aos Advogados. O **PRESIDENTE** co-  
577 menta que seria apenas uma participação, não vendo problema, mas aderir ao programa que seria  
578 outra questão. O **PRESIDENTE** questiona sobre quem conhece esse programa, pois pode ser até um  
579 pré-julgamento e aponta que não conhece. Relata que toda a propagando que teve do CAU nos últimos  
580 anos em relação a ética, foi feito um evento deste e os profissionais se alistarem, todos estariam  
581 correndo riscos em infringir o Código de Ética. O **PRESIDENTE** comenta que o CAU tem interesse e  
582 deve participar de tudo que seja relacionado a Urbanismo. Acredita que o CAU deva ser protagonista,  
583 junto com os Conselheiros, as Comissões e todos os profissionais dos Planos Diretores e que abre  
584 mercado para os Arquitetos. O **PRESIDENTE** aponta que o grande desafio do Gestor ultimamente,  
585 seria abrir mercado de trabalho, trabalhando como protagonista para os Prefeitos e para a sociedade,  
586 da importância de um Urbanista em qualquer decisão. O **PRESIDENTE** comenta que existe um pro-  
587 grama no CAU/MT chamado CAU *Connect* e aponta que não teve tempo de fazer um embasamento  
588 e um trabalho sobre o assunto, mas que será de uma provável suspensão do evento. O **PRESIDENTE**  
589 aponta que trará um trabalho com números para o Plenário analisar e relata que o Conselho recebeu  
590 nos últimos meses, 3 processos de ações trabalhistas de colaboradores concursados. O **PRESIDENTE**  
591 comenta que trata-se de um assunto muito delicado e que não vai entrar em detalhes, mas isso pode  
592 acarretar a extensão da ação para todos os outros concursados, acarretando um valor significativo de  
593 custos para a instituição. O **PRESIDENTE** aponta que precisaram contratar um escritório de Advocacia  
594 para as Audiências, sendo as primeiras de Conciliação, onde a contratação foi dentro do Orçamento,  
595 pois não teria tempo de trazer para a Plenária. O **PRESIDENTE** não achou conveniente ser a Advo-  
596 gada do CAU, pois a mesma tem um certo interesse, já que se o CAU perder a mesma ganhará tam-  
597 bém e não seria uma situação confortável. O **PRESIDENTE** relata que não está muito inteirado no  
598 assunto, pois não teve tempo, mas que terá uma reunião com o Advogado para explicar os detalhes.  
599 Aponta que não entrará em detalhes, mas se os Conselheiros quiserem ter informações, poderão con-  
600 versar em privado. Comenta que trata-se de uma situação muito desagradável e achou inoportuna,





601 pois estão em início de Gestão e receberam do Ministério Público a cobrança de um TAC, 3 processos  
602 trabalhistas que pode ser estendido para todos os outros, sendo um mês muito agitado para a Presi-  
603 dência. O **PRESIDENTE** relata que essa primeira Plenária foi efetiva, muito proveitosa, onde os as-  
604 suntos debatidos foram para direcionar a Gestão. Aponta que a Presidência está aberta para o diálogo  
605 e comenta que está aprendendo muito. O **PRESIDENTE** aponta que a última aprovação do Regimento  
606 Interno foi feita sem muitas discussões, já que o CAU/MT tinha um prazo para enviar o documento ao  
607 CAU/BR e que discorda de vários artigos aprovados. Acredita ser prudente aguardar a devolução do  
608 CAU/BR com as correções e sugestões, para trabalhar ainda esse ano as mudanças em alguns pon-  
609 tos, para trabalharem com agilidade. O **PRESIDENTE** comenta que esse atual Regimento Interno não  
610 parece o mais adequado, sendo uma opinião superficial e não aprofundada. A Conselheira **CÁSSIA**  
611 **ABDALLA** aponta que o Regimento Interno do CAU/BR foi revisto e comenta que até onde tem co-  
612 nhecimento, o do CAU/MT também, só que esse processo demorou muito, que quando foi aprovado  
613 já estava em desconformidade com a atualização feita pelo CAU/BR. Relata que ainda não fez uma  
614 análise mais profunda, mas observou alguns artigos conflitantes com o Regimento Geral do CAU/BR.  
615 Mas isso, certamente passará por análise da Comissão de Organização Administrativa do CAU/BR,  
616 COA-CAU/BR, e depois comunicado. A Conselheira relata que existe um choque entre o Regimento  
617 Interno do CAU/MT e do CAU/BR e que a CAF-CAU/BR fará a análise, mostrando os artigos que estão  
618 conflitantes. O **PRESIDENTE** comenta que será ajustado para melhorar os trabalhos no nível dos in-  
619 teresses do Conselho e acredita que o CAU/MT deve se preocupar com o seu trabalho. Nada mais  
620 havendo a relatar, o Presidente **ANDRÉ NÖR** declara encerrada a reunião às 12:20h, lavrando-se a  
621 presente Ata a Assistente Administrativo **EVELIZE DA SILVA BARBOSA** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

622  
623  
624  
625  
626  
627  
628  
629  
630  
631

  
André Nör  
**Presidente do CAU/MT**

  
Evelize da Silva Barbosa  
**Assistente Administrativo**